

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª  
(DÉCIMA SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 17 DE MARÇO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero justificar a ausência temporária do nosso Presidente, Deputado Cabo Patrício, uma vez que S.Exa. está em consulta médica e por isso solicitou-me que eu cumprisse o seu papel na abertura da sessão ordinária.

Quero aqui buscar a concordância com os demais membros da Comissão Especial ora eleita, parabenizar o Presidente eleito, Deputado Paulo Roriz, e dizer que hoje nos reuniremos – 16 Parlamentares, no mínimo – para votar a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 40, de 2010, que, falando em linguagem popular, trata de eleição indireta.

Portanto, convoco a todos os Parlamentares que se encontram em seus gabinetes para que, por gentileza, se dirijam à sala da Presidência para discutirmos essa questão e outras questões inerentes à pauta de votações da Casa. E, logo em seguida, retornaremos ao plenário para darmos continuidade à Ordem do Dia.

Esta Presidência vai suspender os trabalhos para uma reunião na sala da Presidência.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h30min, a sessão é reaberta às 16h05min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão ordinária.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	3



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 17/03/2010

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGUINALDO DE JESUS - PRB	X		
ALÍRIO NETO - PPS	-	X	
AYLTON GOMES - PR	X		
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS - PP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB	X		
CABO PATRÍCIO - PT	X		
CHICO LEITE - PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB	-	X	
ELIANA PEDROSA - DEM	X		
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB	X		
JAQUELINE RORIZ - PMN	-	X	
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO RORIZ - DEM	X		
PAULO TADEU - PT	X		
RAAD MASSOUH - DEM	-	X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB	X		
REGUFFE - PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES	-	X	
RÔNEY NEMER - PMDB	-	X	
TOTAL	15	07	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estão presentes 15 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Solicito aos Parlamentares que se encontram na Casa, nos gabinetes e nas comissões que compareçam ao plenário, haja vista a pauta de deliberações.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 51, de 22/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 17ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a soicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 6ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 16ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, disse um dia desses um secretário que foi objeto da operação Caixa de Pandora e largou o Governo, foi embora: que fazer política, às vezes, é entrar em um chiqueiro. Entrou no chiqueiro, você sai fedendo. Eu digo isso porque, em três anos que estou aqui, eu já vi muita coisa – não estou falando da situação política que Brasília vive não. E é em razão disso que eu vou falar. Já vi nesta Casa Deputado ir à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar por ser autor de um projeto de lei. Foi sem minha assinatura porque não vi justa causa. E assim tenho agido, procurando ser o mais correto, procurando ser o mais justo possível.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Nessa história de listas, se aparecer uma lista e ela contiver número, esse número se torna cabalístico, cheio de segredos, cheio de enigma, e se torna dinheiro. Há dois meses eu fui contatado por um repórter da revista *Época*, assim também o Deputado Raimundo Ribeiro, a Deputada Eurides Brito e outros, porque apareceu uma lista que foi apreendida com o Deputado Leonardo Prudente em que havia nomes de Deputados, inclusive o meu. Constava também os nomes da Deputada Eurides Brito, do Deputado Raimundo Ribeiro, do Deputado Rogério Ulysses, da Deputada Jaqueline Roriz. O repórter dizia: "Lá tem números, e a Polícia Federal acha que é dinheiro".

Como não sabia do que se tratava, pedi-lhe que lesse. Ele leu. Eu disse para ele: "Companheiro, eu, daqui de longe, não sei que lista é essa não". Mas eu posso supor, é razoável supor que, estando escrito Milton – Secretário Executivo da Terceira Secretaria, mais ou menos doze mil – seja um cargo de secretário executivo que eu indiquei para ser o Terceiro Secretário numa situação lógica. Não vou ser Terceiro Secretário numa eleição que é, sim, negociada, não vou ser Terceiro Secretário para não ter outro secretário executivo. E o Terceiro Secretário Executivo está ali: Dr. André Peres Nunes. Os doze mil reais que estão lá, mais ou menos, referem-se à remuneração dele, um CNE 2, exatamente por isso que tem mais ou menos. Representa exatamente R\$ 12.751,00 (doze mil, setecentos e cinquenta e um reais).

Como o Dr. Gustavo Marques, que era o Secretário-Geral, e está ali, foi o autor da ligação para o Deputado Leonardo Prudente, passando a situação dos Deputados – está ele ali –, eu gostaria que as câmeras aqui da Câmara Legislativa fizessem um close dele. O autor da lista é o Dr. Gustavo Marques, Secretário-Geral, que participou das tratativas. Um cidadão honrado, de conduta ilibada, do Tribunal de Contas e que está aqui na Casa há mais de quinze anos.

Essa lista foi parar no Ministério Público. O Ministério Público cumpriu o seu dever, mas o fez, nesse caso, sem cuidado, sem olhar para a honra dos outros, misturou essa lista que foi produzida aqui. Estou dando o autor e estou dando o beneficiário. Os outros Deputados que estão naquela lista estão aqui também. Essa lista foi produzida aqui, ela é lícita, ela é institucional! Essa lista foi parar numa ação civil pública onde se propugna pela suspeição de quem está nela e de outros de outras listas, e não me interessa saber quem são os que estão nessas outras listas. Mas essa que foi parar lá e que está num *blog* está no *Correio*, ela é legal, ela é institucional, ela é legítima, pois produzida aqui!

Então, eu tenho que explicar. Primeiro vai-se ao jornal para depois explicar. Estou explicando aqui, olhando olho no olho, não tenho receio. Se encontrar uma lista com o meu nome, publique no jornal, entregue ao Ministério Público, à Polícia, que eu vou explicar. Não tem problema nenhum. Com certeza, essas mãos aqui nunca tocaram em dinheiro de ninguém, a não ser o meu, que eu ganho aqui.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

A propósito, estou indo ao juiz de direito que se encontra com a ação para explicar-lhe a lista; é um direito que eu tenho. Ele não me pediu explicação, mas eu vou. Eu estou dizendo a ele, pedindo a ele que exclua peremptoriamente esse motivo de julgar alguém suspeito para atuar nesse ou naquele sentido. Eu tenho honra. Ousou um jornal conspurcar a minha honra, querer conspurcar, e levou o que o Judiciário tinha que fazer com ele. Recebi duas indenizações, duas. Comprei um apartamento de quatro quartos no Sudoeste, sempre falo isso, e não tenho medo. Pode fazer a referência que fizer, minha vida é aberta. Se tiver um problema, venha falar comigo.

Agora, é preciso esclarecer – e tenho certeza de que o juiz não sabe – que todo Deputado participa de cargo na estrutura da Casa. Todos eles. Não há nenhum aqui que não tenha. Todos têm. Todos. E eu estou mandando a relação, para que ele tenha uma visão de como se procede. Se ele tivesse essas informações, não teria ou não iria decidir nessa direção. Eu tenho cargos atualmente, e a lista está aqui. Atualmente, estou, antes de uma revisão que será feita de hoje para amanhã, sendo o Deputado que mais tem cargos. Antes da revisão. Nunca fiz segredo. Depois, o Deputado Raimundo Ribeiro; outrora, a Deputada Eliana Pedrosa. Não há problema. Não há ilegalidade nisso, não. Agora, o que não se pode fazer é esconder de ninguém.

Eu disse, Deputado Cabo Patrício, que, quando V.Exa. terminar a ligação, vou fazer um desafio: nós formatamos à Mesa Diretora sob alguns pressupostos, inclusive o pressuposto da transparência. E eu fui o autor principal dele. Eu e outros colegas.

Vou fazer um desafio a V.Exa.: eu queria que, em 10 dias, V.Exa. colocasse na página da Câmara a estrutura dela, com todos os cargos, e a quantidade de cargo de cada Deputado, para evitar isso. Gastei 3 anos para conseguir essa lista aqui, 3 anos. Quero saber por quê. Os meus cargos estão aí. Para quem quiser saber quais são, eu informo. Não há problema. Agora, não é correto esconder. Abra a caixa preta! Entregue! Qual é o problema? Existe alguém que tenha algum receio de dizer que tem 15 cargos? Há algum problema em o PT dizer que tem 311 mil de cargos? Outro Deputado, que tem 100, tem 200? Qual é o problema? Não faz parte da estrutura? Não faz parte do nosso dia a dia? Por que não faz? Acho que tem de fazer.

Sugiro a V.Exa. essa proposição de colocar na página, dentro de 10 dias. Se não se fizer – tenho o compromisso da transparência nesse sentido –, vou divulgar. Divulgo e não tenho problema nenhum de fazê-lo. E estou dizendo que hoje sou o Deputado que mais cargos tem. Estou me colocando em primeira dimensão. Vou baixar porque tenho que fazer uma revisão para poder aquinhoar outros colegas. Agora, não posso concordar é com a falta de cuidado com a honra dos outros. No dia em que eu estiver errado, serei o primeiro a dizer: estou errado. Qual é a consequência jurídica para mim? Faça! Agora, o que não podem é fazer o que

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

fizeram. Até podem, mas não devem. Observem a honra dos outros. Vou pugnar pela minha. Acho que não temos que esconder absolutamente nada. Já entreguei uma declaração aqui: quatorze mil, setecentos e qualquer coisa é o vencimento do Dr. André, que não recebe isso, porque é requisitado, recebe sobre o percentual. O autor da lista está ali. Não há problema nenhum. Eu não tenho problema. Presto conta daquilo que estou fazendo, sem problema nenhum.

Sr. Presidente, o desafio está feito?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Milton Barbosa, V.Exa. concluiu? Vou responder sua pergunta.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Concluí.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Pode se deslocar à Mesa, sem nenhum problema. Vou responder a V.Exa. Deputado Milton Barbosa, acato a questão de ordem de V.Exa., mas deixo claro que nada nesta Casa é escondido. Até porque a estrutura da Casa foi negociada pela Mesa anterior, com o Ministério Público do DF, inclusive, em função de todos os cargos. E essa negociação com o Ministério Público está sendo cumprida. Toda a tramitação, inclusive de verba indenizatória dos Deputados, está sendo disponibilizada na Internet, para que todas as pessoas possam acompanhar. E todo processo nesta Casa é público. Qualquer pessoa que solicitar também tem pleno acesso. É assim que tem sido feito. E nós não temos dificuldade em colocar isso na Internet. Até porque já solicitamos, inclusive, a reformulação de toda a informática da Casa. Estamos mudando, daqui a aproximadamente 1 mês, 1 mês e pouco, para a sede nova, e os computadores que haviam sido comprados na gestão do Deputado Paulo Tadeu, quando era Vice-Presidente da Casa e estava à frente da CMI, que informatizou a Casa, acabando, inclusive, com a questão dos aluguéis que havia lá com a LinkNet... Então, há todas as condições. Foram comprados, inclusive, *scanners*, enfim, a informática está sendo dotada de toda modernização, para que todo cidadão possa ter acesso a isso. Não há nenhuma dificuldade em colocarmos isso na Internet, para que as pessoas possam ver. Acho que não há nenhum problema com a estrutura da Casa e com os cargos que há nessa estrutura.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de falar, hoje, muito rapidamente. Tive, em 2004 – seis anos se passaram –, um processo bastante dolorido, no qual praticamente tivemos muitas ações, muitas matérias veiculadas. Ontem, esse processo teve um desfecho, com parecer favorável do Ministério Público. Tivemos 16 votos a 0. A unanimidade dos membros do Conselho Especial do Tribunal de Justiça absolveu o réu Benício Tavares. Para mim, isso é motivo de grande alegria. Primeiramente, porque sempre acreditei em Deus, acreditei na

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Justiça, acreditei nos meus colegas, que, na época, tiveram que segurar a situação para que eu não fosse cassado nesta Casa. Quero agradecer também aos eleitores, que, depois de tudo isso, confiaram-me ainda o seu voto e me elegeram novamente, pela quinta vez.

Eu não quero falar muito, mas quero agradecer a todos os funcionários, a todos os amigos, a todos que confiaram em mim. Àqueles que não confiaram, também agradeço, porque faz parte da política. Mas espero que possamos refletir muito. Às vezes imputamos fatos a determinadas pessoas. É preciso cuidado, para que não exageremos na hora de condenar ou absolver alguma pessoa.

Obrigado, Sr. Presidente, e obrigado aos colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Benício Tavares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me referir ao caso citado pelo Deputado Benício Tavares. Em verdade, a Comissão de Ética, à época, impediu a investigação. Naquela época, não foi possível que esta Comissão procedesse a uma investigação e pudesse, inclusive, fazer um juízo sobre as denúncias que foram objeto de inquérito no Amazonas. A Comissão de Ética, sumariamente, arquivou o processo sem fazer qualquer tipo de investigação acerca do caso, embora ele tenha adquirido uma repercussão e uma comoção imensa. A decisão judicial, pelo que me consta, diz respeito a uma interpretação sobre o art. 244 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi aditado ao próprio Estatuto. Esse artigo, ao meu ver, tem um sentido em dizer que a exploração sexual de adolescentes é crime. E se pegou ali a uma interpretação sobre subjugar ou submeter, como se isso representasse uma ação de imposição a determinadas práticas a adolescentes. Nós temos uma interpretação diferente. Não só temos uma interpretação diferente, e obviamente nós aceitamos, acatamos e respeitamos todas as decisões judiciais, mas todo o movimento de defesa das crianças e dos adolescentes deste País tem uma interpretação diferente sobre o sentido deste artigo. Submeter não é a forçar, é entender que as relações, as crianças e adolescentes estão numa fase peculiar do seu desenvolvimento. Mas essa é outra discussão.

O que eu queria dizer é que, naquele momento, na Comissão de Ética, em 2004, nós poderíamos ter aberto um processo para investigação e até atestado a culpa ou a inocência. Enfim, poderíamos ter chegado a uma conclusão por esta própria Casa, que não o fez, infelizmente.

Portanto, só para precisar, pois eu estava na Comissão de Ética naquela época. Creio que somente eu, que está aqui hoje, participou daquela discussão. Não

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

havia uma pré-intenção ou intenção de cassar ou de culpar. Havia apenas a necessidade de que a comissão investigasse.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Dando continuidade, concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não posso deixar passar em branco a situação do Deputado Benício Tavares. Eu não era parlamentar na legislatura passada, mas acompanhei pela mídia tudo o que aconteceu com o Deputado Benício Tavares. Só no Fantástico eu devo ter visto essa estória pelo menos umas cinco vezes, se não me falha a memória.

Eu quero usar esse exemplo apenas para citar como a situação política, a questão da comunicação, às vezes, se complica. Nós temos aqui um fato em que uma pessoa que foi acusada por uma suposta incidência criminal é absolvida, mas que vive num universo político e teve sua imagem atacada diversas vezes sobre isso. E o Poder Judiciário, agora, diz que essa pessoa é inocente.

Eu fico a imaginar se vamos ter a oportunidade de ver no Fantástico uma matéria retratando a situação do Deputado Benício Tavares ou em outros meios de comunicação, assim como está acontecendo com vários parlamentares desta Casa. É uma situação delicada e nós temos que tomar muito cuidado quando se trata de acusações contra parlamentar, porque dá sempre uma repercussão muito grande.

Outro dia, ao assistir a TV, eu vi um acidente de carro que aconteceu no Paraná, em que um ex-Deputado, totalmente embriagado, bateu o carro e acabou atingindo duas pessoas que vieram a falecer. Todas as vezes, a matéria fala: ex-Deputado. Ele não é ex-Deputado, ele já era empresário antes de ser Deputado, e deixou de ser Deputado e continua empresário. Mas a matéria sempre diz: ex-Deputado. Então, existe uma campanha sistemática contra a figura das pessoas que entram no universo político. Em especial, Deputado Benício Tavares, quero dizer que o senhor conta com a minha solidariedade.

A lei foi feita e o espírito da lei foi respeitado. V.Exa. foi absolvido. Eu sei como V.Exa. sofreu e sua família também. Tenha a minha solidariedade, e acho que foi questão de justiça agora. Espero que a gente tenha oportunidade de ver essas injustiças que foram feitas com V.Exa. pelos meios de comunicação serem corrigidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de dizer ao Deputado Benício Tavares que fiquei muito satisfeito hoje quando eu abri o jornal e vi que S.Exa. foi inocentado daquele assunto. Está provado que os meios de comunicação julgam e condenam a gente antes mesmo de nos darem prazo para nos defendermos.

Então, eu fico muito feliz quando V.Exa. vem e prova sua inocência. Eu sempre acreditei na sua inocência. Eu te conheço aqui da Casa. É um amigo que eu tenho aqui dentro. Isso para mim hoje foi uma vitória minha também. Fiquei muito feliz por V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, dentro do mesmo tema. Na sessão ocorrida na manhã de hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, eu tive a oportunidade de pedir a palavra. Não estava presente o Deputado Benício Tavares; portanto, também não foi uma cerimônia de corpo presente, para dizer como é ingrata esta vida, os prejulgamentos.

Eu espero... Aliás, eu não espero como o Deputado Benício Tavares também não espera que os minutos, as páginas, as linhas, os pronunciamentos, os deboches, as humilhações que ele sofreu à época sejam, de fato, resgatados. Mas não lhe faltará, Deputado Benício Tavares, como não lhe faltou, a justiça divina. “Não julgueis, para não serdes julgados” é o ordenamento bíblico. Quer dizer: não julgueis ou não prejulgueis, para não serdes prejulgados. E é este o cuidado que não só nós aqui, mas os meios de comunicação, os profissionais da área de comunicação que foram responsáveis pelo esfacelamento já tão falado e comentado pelo Deputado Alírio Neto outrora da escola em São Paulo, que destruiu a vida de um casal por delírio, imaginação. Sonho de uma criança passa a destruir realmente a vida de tantas pessoas.

Mas eu acredito que hoje é um dia de alegria porque cumpriu-se a justiça divina e também V.Exa. soube com altivez reagir aos insultos, reagir às humilhações, e, portanto, sua atitude honrou realmente a todos nós.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Benício Tavares, eu quero parabenizar a Justiça. Quando a Justiça aplica o direito na sua conformidade ou na conformidade ao fato que está analisando, seja condenando, seja absolvendo, ela faz triunfar aquilo que o cidadão mais quer: a justiça, inclusive o acusado. E V.Exa. clamou por justiça aqui a vida inteira, calado,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

sentadinho na sua cadeira. Esperou e ela veio. Parabéns à Justiça, parabéns ao cidadão.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, toda a imprensa, nobres pares. Também quero me solidarizar, Deputado Benício Tavares, a justiça se fez presente e mostrou que está atenta, trabalhando, fez a investigação devida e deu resposta à sociedade.

Nós temos de ter muito zelo quando a gente se referencia à vida do próximo, porque às vezes o próximo tem sua família, é um homem de bem, é casado e, muitas das vezes, a gente põe a reputação das pessoas abaixo por pequenas coisas.

Eu lembro, no início dessa legislatura, o quanto atacaram a Deputada Erika Kokay. Deram oportunidade e ela se defendeu, hoje é uma pessoa honrada e presente neste plenário. E quantas outras pessoas atacadas e que, muitas vezes, quando se dá o direito a ele de se defender, ele mostra à sociedade que tem sua caminhada limpa.

Antes dessa sessão, Sr. Presidente, eu estava conversando com a Paola o quanto eu fui atacado no ano passado em relação à via sacra. Fizeram algumas acusações infundadas, trabalharam nos *blogs* e não me deram o direito de defesa. E hoje ficou muito claro que, se calado fiquei na época, na defesa de um grupo que está há 37 anos no mercado, recebi uma culpa sem o mínimo de culpa, e passei um pouquinho, Deputado, do que o senhor pode ter passado.

Mas tenha fé em Deus, continue no trabalho, com certeza as injustiças vão ser reparadas.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer duas questões de ordens.

A primeira delas é para parabenizar o Deputado Benício Tavares e dizer-lhe que estou solidário, feliz, alegre e contente. Eu não estava aqui na legislatura de 2004, mas acompanhei o sofrimento de V.Exa., da sua família; sei o tanto que o senhor sofreu naquela oportunidade.

Então, mesmo não estando presente, eu me solidarizo com V.Exa. Parabenizo também a Justiça, com as palavras do Deputado Milton Barbosa, que foi firme e deu esse atestado a V.Exa.

A segunda questão de ordem, Sr. Presidente, é para dizer que hoje, no início da tarde, nós estivemos reunidos na Comissão Especial para analisarmos a PELO nº

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

40, de 2010, que trata das eleições indiretas para governador, e foi aprovada. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que incluísse a PELO nº 40/2010, que a Comissão Especial ora aprovou, como item extrapauta, para que este Plenário pudesse votar e dar o parecer favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Paulo Roriz. Acato o pedido de V.Exa., colocando em pauta como item extrapauta a PELO nº40/2010, para que seja apreciada ainda na tarde de hoje pelo Plenário.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria dirigir essa palavra ao meu amigo Deputado Benício Tavares. Na época, eu também me encontrava nesta Casa. O Deputado Benício Tavares se lembra muito bem das palavras com que me referi a ele, dizendo que a justiça seria feita. E foi feita, Deputado Benício Tavares.

É por isso que eu tenho homenageado sempre a Justiça do nosso País, mas o Deputado Alírio Neto também falou da imprensa. Deputado Alírio Neto, às vezes a imprensa tem que divulgar e dar uma resposta à sociedade, mas nós temos que ter muito cuidado com isso. Temos o exemplo do Ibsen Pinheiro, que foi também escrachado em todo o nosso País e depois foi inocentado. Uma das coisas que eu tenho observado muito, Sr. Presidente, é que no nosso País quem acusa não prova, mas o acusado tem que provar que é inocente. Os valores são invertidos. Eu acredito que, se alguém é culpado, tem que provar que é culpado. Agora, o culpado não tem que ficar provando que é inocente! Infelizmente acontece isso.

Eu quero parabenizar V.Exa. Eu vi o sofrimento do nobre Deputado e de sua família, o momento em que o Deputado Benício Tavares tinha vergonha até de sair na rua. E nós fomos solidários a ele naquele momento. Mas, apesar da nossa Justiça funcionar bem, nós temos a justiça divina, que tem dirigido todos os homens e tem feito os homens terem o esclarecimento certo do justo e do pecador, do culpado e do inocente.

Parabéns, Deputado Benício Tavares.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Aguinaldo de Jesus.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, são dois pedidos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

O primeiro diz respeito a que possamos apreciar o segundo turno da PELO, cuja discussão já foi acatada. A pauta sugerida pelo Deputado Paulo Roriz diz respeito à PELO. Que também possamos apreciar o segundo turno da PELO da defensoria, que já venceu o interstício e basta apenas a sua aprovação em segundo turno.

Em segundo lugar, eu gostaria que a justiça também atingisse as meninas que morreram no Amazonas, aliciadas de forma covarde por uma sociedade extremamente injusta e extremamente revitimizadora. Eu gostaria que tivéssemos também a justiça atingindo essas meninas e as suas famílias.

Por fim, eu quero dizer que, da mesma forma que a imprensa comete erros, como já citaram aqui – a escola base, Ibsen Pinheiro –, também vivi uma época em que a imprensa inocentou vários culpados. A ditadura militar foi uma expressão disso dentre outras etapas da história deste País.

Eu gostaria apenas de pedir, Sr. Presidente, que pudéssemos apreciar o segundo turno da PELO que diz respeito à modificação na eleição na defensoria, como já tinha sido solicitado na sessão passada pelo Deputado Chico Leite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato o pedido de V.Exa.

Daqui pra frente não vou mais acatar a questão de ordem de nenhum Deputado se não for realmente questão de ordem, porque está virando um debate para cada um expor a sua opinião.

Darei continuidade ao Comunicado de Líderes para que depois possamos entrar na pauta de votação e discutir os projetos que são importantes na tarde de hoje.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me somar ao Deputado Paulo Roriz, que pediu a inclusão da PELO nº 40 na Ordem do Dia, e comunicar que hoje cedo, na Comissão de Constituição e Justiça, já foi votada a admissibilidade dessa proposta, e a votação foi unânime por 4 votos a favor e uma ausência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer uma solicitação para que os Líderes – evidentemente o Deputado Paulo Tadeu já está ali – abrissem mão do comunicado para que pudéssemos ir direto para a pauta de votação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acredito que nesta tarde o Plenário da Casa se debruce sobre os temas que foram divulgados pela imprensa e que de fato merecem da nossa parte uma reflexão.

Nós temos fatos como a cassação do Governador Arruda pelo TRE, que cassou o mandato do Governador do Distrito Federal. Nós até entendíamos e entendemos que o Governador Arruda já deveria ter sido cassado ou mesmo ter renunciado ao mandato, porque é um absurdo um Governador ficar preso mais de um mês, e com um mandato nobre, que é um mandato de Governador, dentro da cadeia, com ele está.

Eu não sei exatamente o que vai acontecer daqui para a frente porque realmente nós temos muitas dúvidas com relação à decisão de ontem do TRE. Parece-me, Sr. Presidente, que o TRE apontou que, além da cassação do Governador Arruda, esta Casa tem que realizar eleição indireta para a escolha do novo Governador. A PELO nº 40, que eu não assinei, não porque não concordo, mas porque eu não estava aqui no dia, por um problema de família, todo mundo sabe o que aconteceu na semana passada na minha família, por isso eu não pude assinar, mas tenho total concordância com essa PELO.

Aliás, eu e o Deputado Alírio Neto recebemos uma crítica numa determinada matéria divulgada há mais de dois meses. Eu até entendo que a crítica foi justa, foi na concepção naquele momento do jornal, não tenho nada a mais... Criticávamos porque parecia que nós estaríamos discutindo uma eleição indireta em contrapartida ao que determina a Lei Orgânica do Distrito Federal, como se aquilo fosse um golpe à Constituição. E nós já tínhamos mais ou menos uma avaliação de que a Constituição brasileira prevalece. Todas as vezes que tivermos um conflito entre o que diz a Constituição e o que diz a Lei Orgânica do Distrito Federal, prevalece, é claro e evidente, o que diz a Constituição brasileira. Portanto, se porventura vagar o cargo de Governador, como está vago neste momento pela cassação que o Governador Arruda recebeu, e também o cargo de Vice-Governador, como ficou vago com a renúncia do Vice-Governador Paulo Octávio, a Constituição é muito clara: tem que se convocarem novas eleições. E eleições indiretas para esse mandato “tampão” de 6, 7, 8 meses, enfim. Esse é um tema importante.

Outro tema importante aqui discutido é com relação ao Deputado Benício Tavares. Ora, a Câmara teve a posição dela naquele período, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que se soma à decisão da justiça, quer dizer, não teve... Pode ter tido outra posição, mas no geral é isso: a posição da Câmara se soma à posição da justiça. E é bom que se diga que pessoas públicas, como somos nós, os Deputados, realmente ficamos à mercê dessas críticas, muitas vezes injustas. Eu acho que há que se fazer realmente uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

apuração séria, com transparência, com a tranquilidade que ela necessita e que requer para que não haja um julgamento injusto de pessoas que são inocentes em vários casos.

Com relação à questão das listas que foram divulgadas hoje pela imprensa, eu quero me somar, neste momento, ao discurso daqueles que aqui relataram e defenderam que há uma questão legal e transparente de ocupação de espaço dentro da legalidade e dentro da moralidade pelos Parlamentares que ocupam a Casa, inclusive respeitada a Constituição do Distrito Federal, que estabelece 50% de cargos hoje destinados aos concursados desta Casa. Foi uma reforma corajosa que fizemos. Aliás, Deputado Alírio Neto, nós, inclusive, estamos sendo processados, porque em vez de fazermos a extinção de dois cargos, estabelecemos que aqueles dois cargos da FASCAL fossem cargos exclusivos para servidores concursados. O Ministério Público tem o entendimento de que aqueles cargos deveriam ter sido extintos, e nós tivemos o entendimento, a partir do Plenário, de que aqueles cargos tinham que ser exclusivos de servidores concursados, e assim o fizemos. E, por esta divergência, hoje recebemos e estamos respondendo a um processo na justiça com relação a essa questão, mas que vai se resolver com o passar do tempo.

Agora, com relação à lista, é bom que se diga, eu quero me somar ao que o Deputado Milton Barbosa colocou, que não tenho receio com essa questão, acho que a explicação aqui dada é convincente, mas há outras listas que foram apreendidas, e todos nós sabemos disso. Tem uma lista que foi apreendida com o Sr. Domingos Lamoglia, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Inclusive, há nesta lista iniciais de nomes, se não me engano. Esta também é uma lista complexa, difícil de ser explicada. Eu não sei exatamente do que se trata, pois eu não tive acesso ao teor dessa lista, mas temos conhecimento de que ela existe, porque a imprensa divulgou parte dela. Há também boatos de que há outras listas.

Portanto, temos que ser justos naquilo que foi dito aqui por vários Parlamentares, a que nos somamos, já que a explicação foi bem clara e cristalina. Mas é bom deixar claro que há outras listas e nós precisamos ter acesso a elas, até para não cometermos injustiças, ou mesmo posturas de acobertar crimes contra o patrimônio público.

Há que se diferenciar uma coisa da outra. Não está fácil, Deputada Eliana Pedrosa, diferenciar uma coisa da outra, porque a correnteza é tão grande, o vendaval de denúncias é tão grande, os fatos que estão assolando o Distrito Federal são tão intensos e profundos, que muitas vezes uma situação extremamente legítima e legal parece ser uma situação ilegal e ilegítima, ou imoral.

Mas há que se apurarem todas as denúncias. E é por isso que hoje temos uma CPI instalada nesta Casa, temos o processo de *impeachment* instalado contra o Governador Arruda nesta Casa, temos a avaliação e o processo contra os Parlamentares. E a Casa tem que dar uma resposta à sociedade com relação a todas

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

essas denúncias. Eu espero que não acobertemos nenhum tipo de falcatrua, nem condenemos ninguém que seja inocente.

Sr. Presidente, esta é a minha posição nesta tarde de hoje com relação a essa questão que se coloca a partir dos noticiários da imprensa e dos fatos que ocorreram nesta semana.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Consulto se os Líderes que estão inscritos no Comunicados de Líderes abrem mão do uso da palavra.

Deputado Reguffe, V.Exa. vai fazer uso da palavra?

DEPUTADO REGUFFE – Sim, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Os Deputados Alírio Neto, Aylton Gomes, Cristiano Araújo, Batista das Cooperativas, Paulo Roriz – todos esses Deputados – abrem mão do uso da palavra no Comunicados de Líderes. A Deputada Eurides Brito e o Deputado Benício Tavares já fizeram uso da palavra.

Portanto, temos ainda dois inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou tentar ser breve, mas eu não poderia deixar de fazer uso da palavra, já que uma denúncia chegou ao meu gabinete e eu quero registrá-la aqui desta tribuna.

Sr. Presidente, na rede hospitalar do Distrito Federal, na rede pública, está faltando o analgésico tramal. Esse medicamento está em falta em vários hospitais da rede pública, principalmente no Hospital da Ceilândia.

É um analgésico forte, usado em alguns tratamentos e muito importante principalmente para a população que precisa dele, porque a maior dor é aquela que a gente está sentindo no momento.

Sr. Presidente, esta Casa, além do papel de Poder Legislativo, também tem que cumprir o seu papel de poder fiscalizador.

Portanto, eu quero registrar essa denúncia aqui e também pedir que a Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa acompanhe isso, porque é um fato muito grave. A pessoa, quando procura um hospital público, não o procura porque quer, mas sim porque está sentindo dor. É preciso ter na rede pública de saúde um tratamento digno para aquele paciente que a procura. Então, eu peço que a Comissão de Educação e Saúde desta Casa dê todo o tratamento necessário a essa denúncia.

Quero também, Sr. Presidente, falar um pouco mais a respeito da questão da saúde. Eu visitei alguns hospitais da rede pública durante o meu mandato e tem uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

coisa que eu não consigo entender... E eu queria também deixar como proposta para o Governador que aí está. Se mudar o Governador, que o outro assuma. Eu penso que as emergências dos hospitais públicos não podem ser o que são no momento. A pessoa chega lá, é jogada em um canto e fica deitada. O Distrito Federal tem 11 hospitais públicos. Não custa nada colocar na emergência de cada hospital da rede pública um médico para fazer uma triagem – são apenas 11 médicos por turno –, para saber se aquele caso é emergência ou não, se é urgência. Se a pessoa vai ao Banco do Brasil, enquanto ela espera a vez, aparece o número da senha por meio de um apito em um aparelho eletrônico. No hospital da rede pública gritam o nome do fulano de tal. Isso atinge a dignidade da pessoa. Eu penso que essas emergências poderiam ser mais confortáveis para a população. Não custa nada fechar essas emergências, colocar um ar condicionado, um aparelho eletrônico para chamar por senha. Assim, não evidencia um atentado à dignidade de uma pessoa que paga impostos e, na hora que precisa procurar a rede pública de saúde, gritam o nome dela.

Por último, Sr. Presidente, quando uma pessoa procura a rede privada de saúde, ao sair desse hospital, ela recebe uma conta que, muitas vezes, é paga pelo plano de saúde. Mas existe uma conta que diz quais serviços ela utilizou. Um hospital da rede pública também deveria ter a mesma coisa como mecanismo de controle, para que não houvesse desvio de dinheiro público. Quando o paciente saísse, deveria haver uma conta assinada por ele para dizer que serviços foram utilizados. Claro que a pessoa não vai pagar, mas deve saber o que o Estado fez por ela.

Portanto, deixo aqui estes três pontos. Primeiramente, volto a reafirmar a denúncia de que está faltando analgésico tramal na rede pública de saúde. Cito aqui o hospital da Ceilândia. Em segundo lugar, peço que, nas emergências dos hospitais públicos, as pessoas sejam mais bem tratadas, que tratem a população das emergências com mais dignidade. As emergências são amontoados de recursos humanos, são quase um depósito de doentes. Precisa haver um tratamento com mais dignidade. Em terceiro lugar, peço que haja um registro para a pessoa que sai do hospital, uma assinatura de controle, inclusive para zelar pelo dinheiro do contribuinte.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente de dizer que tenho o maior apreço por V.Exa. Acho que o seu trabalho tem sido o melhor possível. Agora, precisamos mudar alguns aspectos que estão acontecendo nesta Casa. Primeiramente, em relação à sala do cafezinho. Ontem, uma senhora professora quase agrediu a Deputada Eurides Brito. Se não fosse a intervenção de alguns seguranças, teríamos uma coisa séria. Precisamos nos organizar para que isso aqui tenha verdadeiramente um sentido.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

De vez em quando, fico decepcionado com o Poder Legislativo, com o que está acontecendo nesta Casa hoje. Vejo uns palhaços como esses aqui dentro. Uns palhaços! Isso deveria ser caso de prisão.

Eu peço a V.Exa. agora que retire imediatamente desta Casa esses palhaços que estão fazendo o que estão fazendo aqui. Porque, se fosse comigo, eles não teriam coragem de fazer na minha cara, porque são uns palhaços e uns baderneiros.

Então, peço a V.Exa. que retire desta Casa esses palhaços que estão aqui fazendo o que estão fazendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Paulo Roriz, já determinei inclusive à segurança da Casa que providencie um único crachá para cada gabinete de parlamentar e para cada gabinete de liderança, a fim de que um único assessor fique no interior do plenário. Na sala do cafezinho, adentrará somente os Parlamentares. Temos tido muitas dificuldades com relação a isso.

Aos manifestantes da galeria, quero deixar claro que esta é a Casa do povo. Agora, é proibido qualquer manifestação de desrespeito e ofensa a qualquer Parlamentar. É proibido aqui, assim como é na Câmara dos Deputados e no Senado. Falo isso porque já liderei várias manifestações ocupando as galerias de plenário.

Não é permitido afixar nada nos vidros da galeria. Se quiserem acompanhar a sessão, que permaneçam sentados, acompanhando de maneira ordeira e democrática. Senão, infelizmente, serão retirados da galeria.

Eu até entendo que esta é a intenção dos que vêm aqui: chamar a atenção da imprensa e fazer isso, porque a Câmara Legislativa tem cumprido o seu papel no processo de *impeachment*, na autorização do processo do Governador, e vai continuar, mesmo com algumas pessoas vindo aqui e tentando evitar que os trabalhos sejam realizados. Mesmo assim, nós vamos dar continuidade a todos os trabalhos que a maioria da população do Distrito Federal quer que sejam realizados.

V.Exa., Deputado Paulo Roriz, está correto na sua intervenção.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Eu queria parabenizar o Deputado Reguffe porque trouxe uma pauta propositiva para esta Câmara: a questão das emergências dos hospitais. Eu me somo à sua preocupação, Deputado, e acho que realmente devemos, além da pauta de votação, nos debruçar um pouquinho mais sobre a questão das emergências dos hospitais. Tenho certeza de que o Deputado Dr. Charles vai nos ajudar muito nessa questão por ser médico e conhecer o sistema de saúde. Tenho certeza de que, com a contribuição dele, poderemos avançar bastante na discussão desse tema.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigada, Deputada Eliana Pedrosa. O Deputado Reguffe colocou a questão, e a denúncia realmente vai ser acatada.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa. para depois o Deputado Raimundo Ribeiro, último inscrito, fazer uso da palavra para que possamos fazer a votação da PELO nº 40.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não estava aqui quando o Deputado Reguffe levantou algumas questões, mas eu soube quando estava a caminho.

Eu gostaria de dizer que realmente precisamos ter medicação, seja na emergência, seja nos hospitais, seja na área de ambulatórios, seja também nos centros de saúde. Ocorre que, para haver medicação, precisa haver um planejamento, principalmente para a medicação de uso comum. Parece que V.Exa. falou sobre o Tramal nas emergências. O Tramal não é uma medicação de uso corriqueiro, em que pese ser indispensável numa emergência maior, quando o paciente está sentindo muita dor.

Existe falta de medicação porque não houve planejamento adequado em tempo. O que se está buscando na Secretaria? O Sr. Secretário de Saúde é um homem altamente comprometido, técnico, respeitado, e está fazendo agora um trabalho para realizar uma compra em regime de urgência que atenda toda a rede. Para isso, há alguns protocolos a serem cumpridos, esse é o grande problema. Hoje se compra medicação através da Secretaria de Fazenda, mas a Secretaria de Fazenda não tem o comprometimento necessário, como tem a Secretaria de Saúde. Então, temos que restabelecer a antiga Fundação de Saúde, com o dinheiro realmente gasto pela Secretaria, que sabe onde vai ser preciso.

Aí está se fazendo esse trabalho, Deputado Reguffe. Terei o prazer de, juntamente com o Secretário, mostrar a V.Exa. o trabalho que está sendo feito para realizar a compra necessária, e o povo do Distrito Federal não sofrer o que está sofrendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, amigos que estão aqui, quero, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Cabo Patrício a oportunidade de tecer algumas considerações.

Eu gostaria de felicitar o Deputado Benício Tavares, que respondeu a um processo desde 2004, e seis anos depois a Justiça entendeu que deveria absolvê-lo. Acho que temos de saber que este País é constituído de Poderes, que têm muita

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

dificuldade, Deputado Benício Tavares, de funcionar. Inclusive o Poder Judiciário tem dificuldade de funcionar e, às vezes, funciona não no tempo que desejamos, mas no tempo que a estrutura lhe permite. Hoje, V.Exa. tem uma decisão judicial que o absolve da acusação que foi feita e, mais do que isso, procura, na medida do possível, reparar o prejuízo – que é irreparável – durante aquele tempo em que o processo tramitou. Quero felicitá-lo porque imagino o sofrimento que V.Exa. deve ter sentido. Isso reforça o sentimento que tenho, a confiança que tenho no Poder Judiciário, até porque sou do mundo jurídico e tenho muito orgulho disso.

Hoje, o Deputado Milton Barbosa, que me precedeu, falou acerca de uma ação civil pública com que um membro do Ministério Público entrou no Judiciário, na 7ª Vara da Fazenda Pública, imputando a ele, Deputado Milton Barbosa, a mim, Deputado Raimundo Ribeiro, à Deputada Jaqueline Roriz e ao Deputado Batista das Cooperativas – e estou aqui me referindo apenas àqueles que estão no mandato, reafirmando os oito anteriores – uma possibilidade de suspeição para atuar no processo que julgará se devemos ou não conceder a licença para o STJ processar o Governador José Roberto Arruda.

Eu quero dizer aos senhores que, também como o Deputado Milton Barbosa disse, há cerca de três semanas recebi um telefonema de um repórter da revista *Época*, que não tinha nenhuma obrigação de investigar nada: apenas chegou o fato; se quisesse, poderia publicá-lo, mas, com muita grandeza, telefonou para os Deputados que estavam ali nominados, checou nesta Casa as justificativas que foram apresentadas, e me parece que a matéria perdeu a sua substância. Senhores, este cuidado o jornalista da revista *Época* teve. Cuidado que o representante do Ministério Público não tem.

E olhem que eu faço questão de dizer: qual é o papel do representante do Ministério Público? Porque eu sei qual é o papel dele. O papel dele é defender a sociedade e fiscalizar a aplicação da lei. E defender a sociedade não é pegar um rabisco, num auto de busca e apreensão, em que aparecem iniciais de alguém, e entrar com uma ação judicial. Esse não é o papel do Ministério Público. O papel do Ministério Público era não deixar que esta cidade fosse grilada! O papel do Ministério Público era ver que, no *Correio Braziliense*, todos os dias, tínhamos anúncio de venda de lotes em condomínios irregulares. Era fiscalizar isso, mas isso não foi fiscalizado. E olhem que estou falando aqui acerca de uma instituição pela qual eu tenho o maior respeito, na qual tenho grandes amigos e alguns ex-alunos. Tenho grandes companheiros, mas, infelizmente, às vezes, acontece de alguém, não sei motivado por que, buscar jogar o nome de algumas pessoas na lama.

Eu não tenho qualquer dificuldade. Eu distribuí, mostrei que aquelas anotações referentes a doze mil eram a composição que nós tínhamos feito com relação à Secretaria Executiva. O Deputado Milton Barbosa colocou o Dr. André; eu coloquei o Roberto. Claro, eu fui eleito Segundo Secretário desta Casa. O Secretário Executivo precisava ser indicado e foi indicado. E acharam esta lista na casa do Sr.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Leonardo Prudente, lista que teve como autor intelectual o Sr. Gustavo, que a passou por telefone para ele.

No entanto, realmente nós chegamos a um momento, senhores, em que tudo virou crime nesta cidade. Brasília se tornou a Geni: apanha de todo mundo. E nós também temos muita culpa nisso. Sabem por quê? Porque nós não temos a coragem de denunciar. Eu não me atemorizo não. Eu vou continuar aqui nesta tribuna, eu vou continuar dizendo que intervenção é golpe. Não me amedronto: a intervenção é golpe, sim! Eu não aceito a chantagem de quem diz que, se a Câmara não trabalhar mais, haverá intervenção. Que venha a intervenção! Que o Presidente Lula tenha a coragem de dizer: “vou intervir hoje em Brasília e amanhã em outro estado”. Porque nós sabemos que o que está em curso é exatamente...

(Intervenção fora do microfone.)

Deputado Paulo Tadeu, o Presidente Lula é quem pode fazer a intervenção, após autorizado pelo Supremo.

Então, eu gostaria de concluir apenas para dizer aos senhores o seguinte: não vai ser esse tipo de manobra rasteira que vai nos intimidar, não! Eu não me intimido. Mas tenham certeza de que essa história de indicar alguém para a estrutura da Casa, isso existe em todos os poderes! E quero dizer que lá no Judiciário há também! O que não é crime nenhum!

Para encerrar, Sr. Presidente, após lhe agradecer, eu gostaria de lembrar a frase do maior cabo eleitoral de Barack Obama, que é Martin Luther King. Este dizia que o que nos assusta não é o grito dos violentos; o que nos assusta é o silêncio dos bons. Nós não podemos deixar que a sociedade silencie-se e, infelizmente, a sociedade está se silenciando porque o que está sendo passado para ela são situações que atendem a interesses de alguns. Esse sistema que está aí, companheiros, ninguém quer mudar, não! Querem mudar apenas os personagens!

Sr. Presidente, num outro momento falarei mais sobre o assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência informa que os Comunicados de Líderes estão encerrados e todos os inscritos nos Comunicados de Parlamentares serão transferidos para o Grande Expediente, a fim de que, neste momento, possamos iniciar, uma vez que há acordo dos Líderes, a apreciação da PELO nº 40, bem como entrar na pauta de votação.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 40, de 2010, de autoria de vários Deputados, que “modifica os art. 93, 94 e 103 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço licença a V.Exa. para fazer a leitura de parte dessa proposta, para que a imprensa possa entender:

“Art. 1º. Os arts. 93, 94 da Lei Orgânica do Distrito Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 93. Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, ou da vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da chefia do Poder Executivo o Presidente da Câmara Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art.94. Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos últimos 2 anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara Legislativa, na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os §§ 3º e 4º do art. 103 da Lei Orgânica do Distrito Federal e as disposições em contrário.”

Este é o teor da PELO nº 40.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A matéria recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Especial; portanto, está em condições de ser apreciado por este Plenário.

Em discussão o projeto em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu pedi para discutir, mas, já antecipadamente, eu gostaria de que fosse remetida essa questão para, se for o caso, ser decidida em segundo turno.

A minha preocupação é que a nova redação do art. 93 diz o seguinte: “Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador ou de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da chefia do Poder Executivo o Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.” Essa situação é a que ocorre normalmente nas demais unidades da Federação. Todavia, possivelmente, não é o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

caso do Distrito Federal. O Distrito Federal, na verdade, tem dois Poderes: o Legislativo e o Executivo.

Então, eu gostaria apenas que, na ocasião da votação em segundo turno, nós tivéssemos a oportunidade de verificar se efetivamente e tecnicamente seria possível que a linha sucessória chegasse ao Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, porque, sendo um órgão federal, não compondo a estrutura administrativa do Distrito Federal, pode ser que nós, na ânsia de fazer uma correção, terminemos cometendo um equívoco que, mais tarde, tenha que ser corrigido. Apenas para que possamos acelerar o processo, eu gostaria de remeter essa discussão para o segundo turno da votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o que o Deputado Raimundo Ribeiro expôs aqui, principalmente no final da sua fala. Conhecendo o Deputado Raimundo Ribeiro como eu conheço – ele é muito mais velho do que eu, conheço-o há mais de 30 anos, ele é um dos melhores operadores do Direito que eu conheço –, apesar disso, ousou dele discordar nesse ponto. O Tribunal de Justiça é do Distrito Federal. O que há é apenas que, devido às características de Brasília, a União organiza e mantém alguns serviços, como faz com a Justiça, como faz com a Polícia Civil do Distrito Federal, como faz com a Polícia Militar do Distrito Federal e com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Organiza e mantém porque a cidade é hospedeira dos Poderes da Nação e do corpo diplomático. E não poderia ser diferente.

Sentindo muito, ousou dele discordar. A colocação de S.Exa. não resistirá a esses argumentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos outros Deputados também para que tentássemos encurtar essa discussão, uma vez que o Deputado Raimundo Ribeiro foi muito apropriado quando sugeriu que a fizéssemos, para que pudéssemos amadurecê-la, no segundo turno. Entendo também as colocações do Deputado Milton Barbosa, mas, para que nós não venhamos a adiar essa votação e que ela seja o mais breve possível, vamos direto à votação e quem quiser se pronunciar faça-o na sua declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Alírio Neto, acato a solicitação de V.Exa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o. Esta Presidência informa que há necessidade de 16 votos favoráveis para sua aprovação. Votada a matéria em primeiro turno e cumprido o interstício de 10 dias, aquela retornará à pauta para apreciação em segundo turno.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	25



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 17/03/2010

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2010

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 40/10

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Vários Deputados  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS	PRB	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	--	-			X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	-			X	
	<b>TOTAL</b>		19			03	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. MILTON BARBOSA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovada em primeiro turno a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 40, de 2010.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto para declaração de voto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar que, na redação dessa proposta, participou efetivamente o gabinete do Deputado Paulo Tadeu, o gabinete da Deputada Eliana Pedrosa e o nosso gabinete. A proposta foi assinada por vários Deputados, por oito, porque assim exige o Regimento Interno, e não é de autoria de um Parlamentar, mas do Poder Legislativo local.

Ela também não é uma proposta contra o exercício da governança do Deputado Wilson Lima, que está, como Presidente da Câmara, exercendo-a. É exatamente o contrário. É uma proposta que visa efetivamente adequar a Lei Orgânica à realidade da Constituição brasileira.

Portanto, não é uma proposta contra o Deputado Wilson Lima, é uma proposta a favor de Brasília, para que as coisas voltem à normalidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputado Alírio Neto.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que nós demos um passo importante hoje, com a votação em primeiro turno, até porque não havia mais como tentar conduzir um processo com a divergência que guarda a Lei Orgânica com relação à Constituição.

Na medida em que esta Casa apresentar uma solução objetiva para o fato, nós, inclusive, tornaremos sem efeito, sem objeto, a ação de inconstitucionalidade que hoje está para ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, eu acho que nós fizemos uma adequação. Queremos fazer outras. Infelizmente, estamos fazendo no calor do processo, deparando-nos com as contradições no decorrer de uma avaliação, mas eu creio que a Câmara dá um passo importante nesse sentido e, com o interstício cumprido, nós imediatamente deveremos dirimir essa contradição e resolver essa dúvida que paira entre a Lei Orgânica e a Constituição Federal.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, depois de ultrapassada a votação dessa proposta que altera a Lei Orgânica, adequando-a à Constituição, nós teremos outro dever de casa, que é o projeto de lei complementar para discutir os critérios de elegibilidade e a forma como se dará essa eleição.

Há uma proposta que já está sendo trabalhada no meu gabinete. Sei que o gabinete do Deputado Alírio Neto também está envolvido nisso, assim como o do Deputado Paulo Tadeu. Há uma minuta que está circulando para que todos os Parlamentares possam dar a sua contribuição, para que o projeto também seja de todos.

E eu avançaria um pouco mais: que talvez nós devêssemos fazer uma audiência pública chamando o TRE, a OAB, para que pudessem trazer também as suas contribuições. Eu acho que isso seria muito importante neste momento, e está aberta a todos os gabinetes, a todos os Parlamentares a possibilidade de contribuir com esse tema, porque agora, efetivamente, com a decisão do TRE, nós temos que acelerar não apenas o que foi feito hoje, a adequação da nossa Lei Orgânica, mas também definir como se dará essa eleição.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., inclusive sugerindo, se V.Exa. concordar, ao invés de audiência pública, que façamos uma comissão geral na próxima quinta-feira já para discutir essa situação, essa questão aqui no Plenário. Se os Parlamentares concordarem e não tiverem nenhuma objeção, a Assessoria de Plenário já fará a convocação e o convite às autoridades para quinta da outra semana, para discutirmos e podermos adequar essa situação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu achei a proposta da Deputada Eliana Pedrosa muito boa, mas por uma questão até de prudência – nós não somos versados nesse tipo de atividade –, que antes da audiência pública pudéssemos visitar o TRE. Para não darmos passos em falso aqui, ficarmos trabalhando em situações que nós não conhecemos. Eu não conheço e não me atrevo a participar; devíamos ir primeiro ao TRE.

Quero retificar aqui a votação porque eu esqueci de consignar o meu voto, então na realidade são 19 votos pela aprovação da PELO nº 40.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Então, retificando o resultado da votação, são 19 votos favoráveis e 3 ausências. Assim, fica aprovada em primeiro turno a PELO nº 40, de 2010, com 19 votos favoráveis.

Quanto à questão da Comissão Geral e à proposta de V.Exa., uma coisa não anula a outra. Nós faremos uma visita ao TRE, com toda a certeza, e manteremos a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Comissão Geral pra discutir, inclusive com a presença de membros do Tribunal Regional Eleitoral para resolver essa questão.

Quero aproveitar e informar aos Parlamentares que a Câmara Legislativa não foi notificada ainda quanto à decisão de ontem do TRE. Já existem algumas especulações de que haveria sido notificada; não foi. Da mesma forma de quando houve julgamento do *habeas corpus* no STF, disseram que haviam notificado a Câmara a respeito da autorização de ser processado o Governador. E essa autorização, uma delas, só chegou a esta Casa na sexta-feira, e a outra somente na segunda-feira, quase quatro dias depois. Para deixar claro que não chegou e que assim que chegar todos os Parlamentares tomarão conhecimento.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.528, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º da Lei nº 4.338, de 18 de junho de 2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF/BNDES, e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, relato agora parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.528, de 2010, de autoria do Poder Executivo, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF/BNDES, e dá outras providências.

Foi apresentado por este Relator um projeto substitutivo e, na realidade, esse projeto de lei visa atender a chamada Linha Verde: implantação de sistema de corredores de transporte coletivo do Distrito Federal, no caso da Linha Verde, implantação de infraestrutura e apoio operacional, implantação da gestão, preparação e execução do programa Brasília Integrada.

Foi ainda apresentada uma emenda ao projeto substitutivo. Ela altera o art. 1º da Lei nº 4.338, de 18 de junho de 2009, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES”.

Acato o projeto substitutivo com a referida emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Deputado Raad Massouh que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.528, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 1º da Lei nº 4.338, de 18 de junho de 2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF/BNDES, e dá outras providências”.

O parecer é pela aprovação do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Seguindo o parecer da CEOF, o parecer da CCJ é pela aprovação.

Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Paulo Roriz, eu me referi, há duas semanas, a um problema que está ocorrendo na NOVACAP, na Secretaria de Obras. Há um grupo ligado a um Parlamentar que quer tomar de assalto, novamente, a Secretaria de Obras. Tomar de assalto significa tirar o Secretário de Obras e botar alguém ligado ao grupo. A pessoa escolhida foi o Dr. Maurício Canovas, que já saiu de lá, da Secretaria de Obras, porque, apesar de ser um funcionário de carreira, um grande engenheiro, é muito vagaroso com as coisas. Como querem resolver a situação da divisão da Diretoria de Urbanização, que faz noventa por cento das obras do Distrito Federal, projeto e tudo, quiseram colocá-lo no lugar do Dr. Jaime Alarcão.

Essa manobra vem sendo urdida fora da NOVACAP, mas com a participação dessas pessoas. O Sr. Luiz Carlos Pietschmann, ex-diretor da NOVACAP, é quem está comandando isso, reunindo, boicotando reuniões, em nome do Deputado Filippelli, que é seu amigo.

Eu estou retornando hoje aqui porque o Deputado Rôney Nemer me disse que o Dr. Maurício Canovas, adiantando-se ao pedido de informações que nós fizemos, iria falar aqui da dificuldade que tem para dar andamento aos projetos de urbanização.

Deputado Paulo Roriz, em abril ou maio de 2009, o Governador Arruda assinou um convênio com a Caixa Econômica Federal no valor de quase R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) para urbanizar: a Vila Cauhy, que está na CODHAB desde 09/02/2009; o Condomínio Porto Rico, está lá com ele desde 23/11/2009; o Setor Habitacional Primavera, em Taguatinga, que teve um contrato de valor grandiosíssimo, foi licitado em 08/03/2010 e está ok; o Condomínio Pôr-do-Sol – Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa. conhece bem –, Concorrência nº 86, de 2009; em 08/12/2009, ele mandou suspender a publicação do edital de licitação; o Sol Nascente, trechos 2, 3 e 4, Concorrência nº 85, de 2009, da qual revogaram a publicação da licitação e mandaram suspender a publicação pela DU, que é o próprio Maurício; o Sol Nascente, trecho 1, Concorrência nº 84, de 2009, de que mandaram suspender a publicação.

Ora, gente, essas regiões foram aprovadas aqui no PDOT. Eu disse que eu estava votando para essas regiões, e todo mundo disse aqui que isso não pode continuar assim, Deputado Paulo Roriz, de jeito nenhum. Eu estou aguardando a resposta dele. Eu estou com a documentação e quero pregar uma surpresa nele aqui. Não quero falar. Se ele mandar do jeito que eu estou pensando, eu vou chamá-lo, daquela tribuna, daquilo que eu não queria chamar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item nº 9:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 33, de 2008, de autoria dos Deputados Chico Leite, Alírio Neto, Cabo Patrício e outros, que “acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 10 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, dispondo sobre a escolha do Diretor-Geral do Centro de Assistência Judiciária – CEAJUR”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 17/03/2010

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 17/03/2010

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 33/09

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): Vários Deputados  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS	PRB	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	-			X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN	-			X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	--	-			X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	-			X	
	TOTAL		17			05	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. MILTON BARBOSA  
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ _____ Nº _____ / _____
		FOLHA Nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

A proposta está aprovada em segundo turno.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 33, de 2008, de autoria dos Deputados Chico Leite, Alírio Neto, Cabo Patrício e outros, que “acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 10 do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, dispondo sobre a escolha do Diretor-Geral do Centro de Assistência Judiciária – CEAJUR”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

A proposta vai à promulgação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria apenas dizer da importância de termos aprovado este projeto. Primeiro, para que tenhamos um critério mais democrático para a eleição; segundo, para que tenhamos autonomia financeira e administrativa, porque é fundamental.

Esta Casa, ao aprovar essa Emenda à Lei Orgânica em segundo turno, na verdade, está prestando uma homenagem aos defensores públicos. Uma homenagem absolutamente fundamental, porque eles têm salvado muitas vidas, literal e metaforicamente falando. Portanto, a Defensoria Pública é fundamental para que todos possam ter acesso à Justiça, para que os direitos sejam respeitados e para que tenhamos uma sociedade mais democrática e mais cidadã.

Portanto, Sr. Presidente, esta Casa, ao aprovar esta Emenda à Lei Orgânica, estabelece que a Defensoria possa ter a autonomia necessária para desenvolver os

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

seus trabalhos. Ela se abraça com a cidadania e se abraça com a manutenção e a garantia de direitos que, aliás, tem na Defensoria um porta-voz.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigada, Deputada Erika Kokay. Eu apenas gostaria de dar uma informação antes de V.Exa., Deputado Chico Leite, fazer uso da palavra para declarar o voto.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está sendo encaminhada pela Presidência desta Casa, ao Governador em exercício, Deputado Wilson Lima, a redação final do projeto que concede reajuste de 10,04% aos professores, aprovado por todos os Parlamentares desta Casa em sessão anterior.

Portanto, presto essa informação apenas para confirmar e para que os Parlamentares tenham ciência dessa iniciativa.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que essa é a consolidação de uma luta de muitos anos, de pelo menos 15 anos.

Estão de parabéns os senhores defensores e as senhoras defensoras. Mas, mais do que isso, estão de parabéns todos aqueles que precisam da assistência jurídica gratuita no Distrito Federal e que terão um órgão mais forte, mais consolidado para prestá-la. Dizemos na comunidade jurídica que pior do que não ter direito, é ter direito e não ter como exercê-lo. E não o tem quem postule por si.

Então, eu quero agradecer também aos colegas que me ajudaram e que subscreveram essa emenda. Agradeço enormemente a compreensão da Casa. Não fosse a compreensão da Casa Legislativa, nós não teríamos essa aprovação.

Eu queria também, rapidamente, Sr. Presidente, apenas fazer um registro: a Secretaria de Saúde quer fechar a Casa de Parto de São Sebastião. É um absurdo! O trabalho que aquela Casa de Parto tem feito pelo povo de São Sebastião tem uma estatura compreendida por toda a sociedade local. O Ministério Público recomendou que para lá fosse um médico. Dever ir. Deve ser aparelhada de recursos humanos e materiais o suficiente. Eu ainda hoje procurei os colegas que conhecem o tema, como foi o caso do Deputado Dr. Charles, que se mostrou bastante indignado e que também juntará forças. O Deputado Dr. Charles se mostrou favorável à causa. S.Exa., que é médico, que é da área, conhece bem o setor.

Nós estamos tentando interferir onde pudermos e eu queria, Deputado Dr. Charles, o apoio de todos os colegas e de todas as colegas para que não deixássemos fechar a Casa de Parto de São Sebastião, pelo contrário, que a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

aparelhássemos e compreendêssemos o trabalho daquelas enfermeiras e daqueles profissionais que estão à frente daquela Casa de Parto.

Obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria, em razão do pronunciamento do Deputado Milton Barbosa, dizer que tenho participado regularmente das reuniões do PMDB e nelas eu nunca ouvi nenhum trabalho no sentido de fazer parte do Governo, ocupando esta ou aquela secretaria ou tirando quem esteja no lugar. Mas, como S.Exa. tem confiabilidade e deve saber o que está dizendo, eu quero me comprometer a ouvir as pessoas que foram citadas aqui por S.Exa. e trazer alguma informação, levando este assunto para discutirmos na reunião – se está se tentando fazer isso –, porque a idéia que se tem votado no partido é a de que não se participe absolutamente de nenhum espaço na cúpula das secretarias de governo, até porque estamos em período de composições visando eleição presidencial e tudo mais. A idéia será que o PMDB tenha, o quanto possível, uma mesma união nacional e local, a não ser nos lugares em que isso seja absolutamente impossível. Até me comprometo com V.Exa. a trazer informações mais precisas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Certo, Deputada Eurides Brito. Acato as palavras de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Eu assumo a Presidência da sessão, Deputada Eurides Brito, e agradeço a manifestação de V.Exa., mas eu só queria dizer que este tipo de reunião não se faz em cúpula do partido. Pelo contrário, se faz fora, isolada do partido.

O ato de exoneração do Secretário Jaime Alarcão já estava a caminho do Diário Oficial, no acerto feito pelo Deputado Tadeu Filippelli com o atual Governador Wilson Lima. Foi narrada a situação que norteava esta troca, ele voltou atrás e o Dr. Jaime Alarcão continua.

Nada contra quem quer disputar espaço, não. A forma é que eu acho espúria e não dá certo. Quer participar, venha, como vieram. Mas saíram, fizeram cara de fedor no primeiro momento, e agora, participando de um bloco supostamente suprapartidário, querem assumir uma pasta tão importante em que militaram e pontificaram durante 14 anos. E quem está falando aqui é um ex-administrador regional, ex-secretário de Estado, que não conseguiu uma obra. Conseguir uma obra não é para ele não, é para a comunidade que representou. Quem quiser me desafiar e dizer: “tal obra eu canalizei para você quando você era administrador ou secretário”, pode vir que eu discuto, porque não há.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Eu lamento muito estar falando isso aqui – são companheiros –, mas a realidade é esta! Sem tirar nem pôr. Quem quiser ir para o debate, não há problema, eu vou. Mas eu acho que quem está sendo prejudicado são as comunidades do Porto Rico, Pôr-do-Sol, Sol Nascente, Água Quente, Vila Cauhy, porque o dinheiro está na conta do Governo e não se consegue realizar nada por inércia de quem está lá. Assim fica difícil!

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o eminente Deputado Chico Leite apresentou a preocupação dele e de seus eleitores com o fechamento da Casa de Parto em São Sebastião.

Deputado Chico Leite, eu quero dizer a V.Exa. que essa é uma preocupação nossa de muitos anos. Essas casas de parto foram um dos maiores avanços na área da obstetrícia por que nós lutamos. Foi o modo que encontramos de humanizar, como o Projeto Mãe Canguru. Lá você leva o pai, a mãe e o companheiro da mulher, que ficam com ela, acompanhando o trabalho de parto até o momento expulsivo. Isso é um avanço muito grande.

Então, eu quero deixar o compromisso da Secretaria de Saúde – o secretário me falou recentemente – de, em vez de acabar com a Casa de Parto de São Sebastião, introduzi-las em todas as cidades do Distrito Federal. Em vez de acabar, serão criadas outras para atendimento especial. Quem disse que a mulher mais carente, Sr. Presidente, a mulher mais pobre não tem o direito de ter um parto humanizado? Quem disse isso? Queremos que sejam criadas casas de parto em todo o Distrito Federal. Portanto, Deputado Chico Leite, leve aos seus eleitores essa preocupação da Secretaria de Saúde de ampliar, de retornar com os profissionais que foram tirados de lá, para que possa acontecer cada vez mais, e com qualidade, o atendimento na área de Saúde.

Deputado Reguffe, há um estoque para até 6 meses. Faltou a distribuição do Tramal, o que me dá uma alegria, pois V.Exa. hoje está reclamando do Tramal, existente no estoque. O problema é se V.Exa. estivesse reclamando da Dipirona, do Diclofenaco de Sódio ou do Diclofenaco de Potássio, medicamentos que faltavam antigamente. É preciso distribuir, é preciso resolver.

Eu quero dizer a V.Exa. que ele está disposto a vir a esta Casa para debater conosco a questão da saúde, a fim de que haja um atendimento melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputado Dr. Charles.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Eu gostaria de retificar a abertura da sessão ordinária de hoje. O que ocorreu, na realidade, foi a reabertura da presente sessão, pois ela tinha sido aberta mais cedo e suspensa. Essa era a retificação que eu gostaria de fazer.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar, eu gostaria de agradecer a interferência do Deputado Dr. Charles, mas quero dizer que, se o problema é a distribuição do remédio, não pode faltar o remédio no hospital. Isso é inaceitável! Quando a população procura um hospital é porque está sentindo dor. Não pode, em hipótese nenhuma, faltar um medicamento no momento em que a população precisa dele. Se o problema é a distribuição, tem-se que resolver esse problema. No momento em que a população está ali precisando do medicamento, tem que haver o medicamento. É inaceitável que não tenha o remédio.

Mas, de qualquer maneira, quero agradecer a interferência do Deputado Dr. Charles.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputado Dr. Charles, antes de passar novamente a palavra a V.Exa, vou concordar com as palavras do Deputado Reguffe.

É preciso desnudar as questões do atendimento na área de Saúde. É muito difícil, muito! Eu vou fazer um juízo de valor. Quando precisei, há 23 anos, recorri ao melhor hospital que Brasília tem, o Hospital de Base. Ele é uma referência. Quando vamos a esse hospital, encontramos uma situação, e dizemos: "Isso aqui é Biafra". Mas é próprio dele, pois quem está em estado grave vai para lá.

Eu só acho que aquelas coisas mezinhas, como o remédio, não podem faltar. Eu tenho vários parentes, vários amigos com parentes internados recentemente que tiveram que comprar remédio. Dizem: "Mas é culpa da burocracia, não do secretário". Não, absolutamente. É culpa do sistema. Eu vi o Governador em exercício Wilson Lima despachando com o Secretário Joaquim para autorizar a consultoria jurídica a retirar da central de compras as licitações. Só é preciso, e V.Exa. sabe como faz, correr atrás da burocracia para votar logo. Os profissionais de saúde são excelentes, são espetaculares, bem como os médicos, o Secretário de Saúde e V.Exa., que milita com prazer. Mas é preciso acordar. A população já não acredita mais em nada na área de saúde, nesses atendimentos pequenos.

Estou chamando a atenção para isso porque é preciso desnudar a questão, é preciso dar um jeito, mas não sei como. Talvez V.Exa. saiba, é médico. Eu não sei. Mas que tem que ser feito algo, e já, tem.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   03   2010	15h30min.	17ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa., que compreende os problemas, por mostrar que o próprio Governador do Distrito Federal acordou para a necessidade de tirar a compra da Secretaria de Fazenda, e já autorizou a fazê-la. A mesma coisa de a Secretaria de Fazenda comprar remédio é comprar prego! E são coisas diferentes, porque remédio é vida. Então, quando você volta isso para a Secretaria de Saúde, ela tem o compromisso e a responsabilidade de fazer a compra adequada, não voltar, como autorizou a compra emergencial agora para não termos problemas com medicação durante 6 meses.

Agora, lá no Hospital de Ceilândia, especificamente, tinha ampola e tinha morfina, que substituía muito melhor, além de ter o diclofenaco e a dipirona. Às vezes, pega uma coisa pontual, mas nós temos substituto. Isso não quer dizer que o sistema de saúde do Distrito Federal esteja uma maravilha. Não, não está! Realmente está caótico, é ruim! Precisamos melhorar muito, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputado Dr. Charles.

Antes de encerrar a sessão, Deputado Reguffe, Deputada Eurides Brito e Deputado Dr. Charles, que estão aqui presentes, eu gostaria de dizer que venho pensando em algo já algum tempo, e não falei ainda esperando amadurecer. Todos os partidos estão lançando candidatos para as próximas eleições. A cada dia a discussão sobre a situação de Brasília, sobre a política de Brasília, vai se tornando difícil, mais difícil do que imaginamos. Só quero deixar uma sugestão para pensarmos. Que tal, em um momento qualquer, rapidamente – não é proibido pensar não, não é proibido buscar outro norte não –, pensarmos em um movimento suprapartidário em defesa de Brasília, que vai precisar! Brasília está pedindo socorro na parte política. Por isso, lanço essa sugestão para que possamos pensar, sem citarmos nome. Vamos pensar em Brasília nos próximos 4 anos.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h57min.)

*Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 55-Suplemento, de 26/03/2010.*